

A categoria foi à luta em defesa dos salários, das condições de vida e trabalho e por mais recursos ao ensino público



Seqüência de lutas: nas duas primeiras fotos, a data-base de 2004. Nas últimas, a luta em 2005: por mais verbas para o ensino público e contra o veto de Alckmin



Impulso ao Chapão nos Órgãos Colegiados

Nestes três anos de gestão, a direção do Sindicato deu continuidade a uma importante política: formar o "Chapão das Entidades" durante as eleições promovidas pela Universidade. Com isso, a categoria vem elegendo candidatos comprometidos com os interesses do ensino público junto aos Órgãos Colegiados centrais (CO, CADE, CEPE, CCEU, CCG e CCPG). Por meio de reuniões prévias e debates, os representantes preparam intervenções unitárias e combativas nos Órgãos.

tre. A luta manteve acesa a chama da reação na comunidade acadêmica que, mesmo não conseguindo reverter o quadro (Alckmin confirmou o veto), pôde levar à sociedade a necessidade de mais recursos para o ensino público no estado mais rico da federação.

Em 2006, o show de bola dos servidores

Os servidores da Unesp e da USP mostraram uma combatividade merecedora de elogios na greve deste ano, que não foi apenas por salários, mas também em defesa de mais recursos para o ensino público. Eles saíram na frente no movimento, parando em praticamente todas as unidades. Os Diretores de Base cumpriram um importante papel, assim como os comandos locais de mobilização e as associações que se somaram à luta. Intransigentes, mostrando que optaram por financiar as universidades à custa do arrocho salarial, os reitores insistiram em oferecer parques 0,75% de reajuste em maio (frente a uma reivindicação de 7%) e possível 1,79% em setembro (veja matéria na página 3).

Mas a batalha de 2006 ainda não terminou, como mostram matérias na página 2, sobre o andamento da LDO 2007 na Assembléia Legislativa. Também prossegue a mobilização pelo atendimento da pauta específica dos servidores da Unesp (veja box ao lado sobre a luta dos servidores pela revogação das portarias que trouxeram prejuízos aos vales transporte e alimentação).

Mudanças nos vales transporte e alimentação

Pressão dos servidores forçou a Reitoria a importantes recuos

No final de 2005, a Reitoria da Unesp baixou duas portarias (540 e 541/05) restringindo benefícios nos vales transporte e alimentação. Imediatamente, o Sintunesp deu início a uma campanha de denúncias e de mobilização da categoria, que culminou com um grande ato em frente à Reitoria, em 6 de julho de 2005, durante a negociação da pauta específica com o reitor Marcos Macari. A reação às medidas se deu, também, por meio de ação judicial.

Como produto da pressão da categoria, a Reitoria concordou em reajustar os valores (veja abaixo) e revogar parte das restrições, como aquela que impedia o recebimento do vale transporte pelos servidores que utilizam veículo próprio para dirigir-se ao trabalho. Quanto ao vale alimentação, o benefício voltou a ser pago nos casos de afastamento por licença maternidade e acidentes de trabalho.

Na negociação do dia 6 de julho, o Sintunesp reafirmou a reivindicação de que os benefícios sejam pagos em todos os casos de efetivo exercício, previstos no Esunesp, lembrando que há situações gritantes de injustiça com os servidores. Citou como exemplo o caso daqueles que se submetem a cirurgias e que, durante a recuperação, se vêem privados dos vales. O reitor pediu que o Sindicato colocasse no papel esta e outras situações que considere "justas, honestas, éticas e morais". Isso foi feito por meio de ofício, protocolado no dia 5/9, e em reunião com o pró-reitor de Administração, Júlio Cezar Durigan, no dia seguinte. No ofício, o Sindicato pede que seja revista a situação dos servidores que não recebem vales transporte e alimentação nos casos de afastamentos pós-cirúrgicos. O professor Durigan comprometeu-se a dar uma resposta em breve.

Vale combustível

Também na reunião do dia 6/9, o Sintunesp entregou abaixo-assinado ao pró-reitor de Administração reivindicando providências quanto à consulta à comunidade sobre o interesse em transformar o benefício do vale transporte em vale combustível para aqueles servidores que assim o desejarem. Durigan concordou com a reivindicação e disse que sua implantação depende apenas de detalhes técnicos, que serão providenciados.

Aumento no vale alimentação

Na negociação da pauta específica, no dia 6 de julho, o reitor Macari também anunciou um reajuste de 20% para o vale alimentação, passando-o de R\$ 110,00 para R\$ 132,00. Embora considere a medida um avanço, depois de anos de congelamento dos valores (o último reajuste foi em 2003, de 19%), o Sintunesp continua insistindo para que a Unesp equipare o vale ao que é pago na USP (R\$ 182,00), de forma a garantir a isonomia entre as três universidades.



6 de julho de 2006: servidores fazem manifestação em frente à Reitoria da Unesp para cobrar o atendimento das reivindicações específicas

Só a luta conquista

Os números mostram que, nos anos de greve e intensa mobilização, os reajustes concedidos aos servidores e docentes das três universidades foram mais expressivos. Ao contrário das demais categorias do funcionalismo estadual, que amargaram anos de salários praticamente congelados sob a batuta dos governos tucanos, nas universidades os reajustes foram constantes.

ANO DATA-BASE	PROPOSTA DE PAUTA INICIAL	REAJUSTE REAL
2000	25%	11,25% + 6,7% (em out/00) + 4,9 (em jan/01)
2001	17,8%	6%
2002	16%	8%
2003	25%	14,45%
2004	16%	7,06 % (2% em agosto retro ativo a maio + 2,14% em agosto + 2,76% em jan/05)
2005	13%	7,94% (5% em maio e 2,8% em outubro)
2006	7%	0,75% em maio e possível 1,79% em setembro

Não fique só! Fique sócio! Sindicalize-se e entre na luta!!

A atual gestão, à frente do Sintunesp desde o final de 2003, encerra seu mandato em novembro de 2006, quando passará a direção da entidade à chapa que sair vencedora do pleito de 5 de outubro. Nestas páginas, acompanhe um balanço dos principais fatos que marcaram este período.

Nestes três anos, as três universidades e o Centro Paula Souza passaram por memoráveis momentos de luta e expressivas conquistas. No segundo semestre de 2003, por exemplo, Unesp, USP e Unicamp aderiram à paralisação do funcionalismo público contra a reforma da Previdência, que estava em processo de votação do Congresso Nacional.

A campanha salarial de 2004

A greve em 2004, que obrigou os reitores e o governo a saírem do zero e a concederem reajuste de cerca de 6%, durou quase três meses e foi a mais longa desde 1989, ano em que começou a autonomia. Os servidores da Unesp, particularmente, saíram fortalecidos do movimento. De um lado, porque aumentaram a sua organização, inclusive em unidades onde ela ainda era frágil. Por outro lado, o índice obtido, embora inferior ao reivindicado, foi produto direto da luta. Sem a greve, o zero teria sido a última palavra dos reitores, que se esforçavam, naquele momento, por seguir a linha dura do governo "Zeroaldo" Alckmin contra o funcionalismo.

Em 2004, a exemplo dos anos anteriores, a luta por mais verbas na Assembléia Legislativa correu paralela à campanha salarial. As emendas encaminhadas pelo Fórum das Seis (pedindo

11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza) foram descartadas pela maioria governista dos deputados. Mas a luta ganhou grande visibilidade junto à sociedade, com uma boa cobertura da imprensa.

Na Unesp, vivíamos uma conjuntura difícil e este foi, inclusive, um dos motivos da greve ter sido tão forte coesa em todas as unidades. Desde o início da administração Trindade, uma série de desmandos e irresponsabilidades havia despencado sobre a instituição, criando novos problemas e agravando outros já existentes. O principal deles foi a expansão de cursos e unidades, sem garantia de verbas e feita ao arripiado da comunidade, cujos reflexos são sentidos ainda hoje.

2005, o ano da luta contra o veto

Na data-base de 2005, frente a uma reivindicação de 13%, os reitores ofereceram à categoria um reajuste de 7,94%, em duas parcelas: 5% em maio e 2,8% em outubro. O fato marcante de 2005, porém, ficou por conta da luta por mais verbas na Assembléia Legislativa de São Paulo. Pela primeira vez, em 12 anos, aquela casa aprovou um aumento de recursos para as universidades (de 9,57% para 10% do ICMS), dotação de 1% do ICMS para as ETE's e FATEC's do Centro Paula Souza e aumento de 30% para 31% da receita bruta do estado para o conjunto da educação pública.

Sob a direção do Fórum das Seis, com presença marcante dos servidores da Unesp, foram realizadas manifestações e passeatas com milhares de pessoas, inclusive culminando com uma greve contra o veto no segundo semes-